

## POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO, MARGINALIZAÇÃO E CRIMINALIZAÇÃO DAS POPULAÇÕES LOCAIS

## DEVELOPMENT POLICIES, MARGINALISATION AND CRIMINALIZATION THE LOCAL POPULATION

**Roberto de Sousa Miranda**

Universidade Federal do Agreste de Pernambuco, Garanhuns, PE, Brasil  
robertosmiranda@ufape.edu.br

### Resumo

O objetivo do artigo é analisar as dinâmicas de povoamento, de modernização agrícola e de industrialização do Cerrado e da Amazônia, a partir de uma revisão da literatura que aborda o tema, sem se propor a resgatar tudo o que já foi produzido, mas com a intenção de trazer à tona as principais questões e discursos defendidos nas últimas seis décadas. De antemão, refuta-se a ideia de que os dois biomas eram desabitados e defende-se a tese de que o povoamento e estratégias de desenvolvimento econômico, estimulados pelos projetos de colonização e pelos programas agropecuários, agrominerais e hidrelétricos, marginalizaram as populações locais e tradicionais nos anos 1970 e 1980, porque não foram beneficiadas, e as criminalizaram a partir dos anos 1990, com uma rigorosa legislação de mitigação dos impactos ambientais dos grandes projetos.

**Palavras-chaves:** Desenvolvimento Regional. Políticas Públicas. Cerrado. Amazônia.

### Abstract

The objective of this article is to analyse the dynamics of settlement, agricultural modernization and industrialization of the Cerrado and Amazon from a review of the literature that addresses the topic, without proposing to redeem all that has already been produced, but with the intention to bring out the major issues and speeches defended the last six decades. Beforehand, refutes the idea that the two biomes were uninhabited and defends the thesis that the settlement and economic development strategies, stimulated by colonization projects and the agricultural, agro-mineral and hydroelectric programs, local and traditional marginalized populations in 1970s and 1980s, because they were not benefited, and criminalized since the 1990s, with strict legislation to mitigate environmental impacts of large projects.

**Keywords:** Regional Development. Public Policy. Cerrado. Amazon.

## Introdução

A moderna ocupação e uso dos recursos naturais do Cerrado e da Amazônia vêm sendo orientados pela tentativa de fomentar o desenvolvimento regional e a integração destas áreas às demais regiões do país a partir do estímulo a atividades agropecuárias, de mineração e industriais, pautadas na disponibilidade de crédito subsidiado, concentração da posse da terra e na marginalização das populações locais. A década 1970 é chave para a análise das dinâmicas sociais e territoriais que coordenaram fluxos migratórios para o Cerrado e para a Amazônia, porque grandes projetos agropecuários e industriais foram implementados no período.

As diferenças na apropriação dos recursos naturais no Cerrado e a Amazônia devem ser consideradas. Mas, para os estados do Maranhão, do Mato Grosso e do Tocantins, essa linha é tênue, porque sofreram a influência das práticas socioambientais de diferentes projetos agropecuários e de mineração, e porque faziam parte de duas superintendências: o Maranhão, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM); o Mato Grosso, da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) e da SUDAM; e o Tocantins, antes da divisão do estado de Goiás, fazia parte das superintendências da SUDECO e da SUDAM.

Os trabalhos que se dedicam ao estudo do Cerrado e da Amazônia, em sua maioria, compartilham a ideia de que a intervenção estatal foi determinante para o povoamento e uso dos recursos naturais da região. Dois programas governamentais afetaram significativamente os biomas em questão: (1) o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), que estimulou o desenvolvimento da agricultura mecanizada a partir de projetos de colonização em áreas do Cerrado com baixa densidade demográfica, e (2) o Programa Grande Carajás (PGC) que foi responsável pela exploração da maior jazida de minério de ferro do mundo e pela instalação de projetos infraestruturais à altura da disponibilidade do mineral.

A ocupação do Cerrado e da Amazônia, portanto, orientou-se pela implementação de Grandes Projetos de Investimento (GPI), estimulados pelo governo federal, enquanto empresário e órgão creditício até os anos 1980, e pela iniciativa privada a partir dos anos 1990, em virtude da privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), da abertura de capital da Petrobras e da atuação de grandes empresas nacionais e internacionais

(construtoras e processadoras de grãos). Os GPI redefiniram o território brasileiro a partir de decisões tomadas nas agências estatais de planejamento, sem que houvesse um debate público para a elaboração e implantação dos grandes projetos (VAINER, 2007).

A formulação dos GPI remete a um debate iniciado nos anos 1950, por François Perroux, sobre a teoria dos polos de crescimento, que demonstrou que a heterogeneidade e o desequilíbrio constituíam as formas que orientavam o crescimento econômico. Mudanças no desenho dos GPI ocorreram nos anos 1990, influenciadas pelas discussões propostas por Manuel Castells sobre planejamento, resumidas na constatação de que: se o mundo mudou, o planejamento também deveria mudar (VAINER, 2007). Do debate, emergiu o conceito de planejamento estratégico, amplamente adotado pelos planejadores brasileiros.

O objetivo deste artigo é analisar a dinâmica de modernização produtiva, de industrialização, de povoamento e de apropriação dos recursos naturais do Cerrado e da Amazônia a partir de uma revisão da literatura que aborda o tema, sem se propor a resgatar tudo o que já foi produzido, mas com a intenção de trazer à tona as principais questões e discursos defendidos nas últimas cinco décadas. De antemão, refuta-se a ideia de que estes biomas eram desabitados, e defende-se a tese de que o povoamento, estimulado pelos projetos de colonização e agrominerais, marginalizou as populações locais e tradicionais nos anos 1970 e 1980, e passou a criminalizá-las a partir dos anos 1990.

O território brasileiro tomou a forma atual a partir de uma dinâmica de migração de grupos nacionais e estrangeiros que definiram os modelos de acesso e uso da terra, como também firmaram relações pouco amistosas com as populações tradicionais estabelecidas nas diferentes regiões. O deslocamento populacional entre as regiões brasileiras, por seu turno, foi historicamente condicionado pela escolha de novas áreas para o desenvolvimento de atividades agropecuárias ou industriais, que privilegiaram as elites regionais e nacionais (ALVES, 2005).

Dois grupos sociais se destacam nos movimentos migratórios brasileiros: (1) a corrente nordestina, que se deslocou para o Sudeste e para o Centro-Oeste em busca de trabalho na indústria; e (2) a corrente sulista, que tomou caminho inverso, em direção ao Norte e Nordeste, em busca de terras para o desenvolvimento de uma agricultura mecanizada (ALVES, 2005). Famílias nordestinas também se deslocaram da Bahia e do

Ceará para o sul do Piauí, sul do Maranhão e Norte do Brasil em busca de terras livres para desenvolverem atividades agropecuárias (MIRANDA, 2011).

O Estado apoiou o deslocamento de pequenos agricultores do Sul para áreas de baixa densidade demográfica do Cerrado e da Amazônia para estabelecer uma agricultura de mercado pautada na modernização dos processos produtivos. O pequeno produtor gaúcho, então, vendia sua terra para o vizinho, que passava a ter condições de aumentar a produção, e comprava outra numa região de terras mais baratas (ALVES, 2005, p. 51):

Com a migração sulista a paisagem agrícola da fronteira adquire novas dimensões e novos contornos, na medida em que os espaços de uso produtivo escolhidos por integrantes dessa corrente não são os mesmos das populações locais. Para estas, tradicionalmente, a preferência é pelas terras de fundo de vale – onde se anuncia maior presença de água – nas quais conseguem praticar pecuária extensiva ou produção agrícola em pequena escala em formas irregulares mesclando cultivos variados, normalmente em sistemas de consorciamento. Nos espaços de produção agrícola da população local pouco se observa algum vestígio de maquinários ou equipamentos mais modernos, o que se usa freqüentemente são técnicas mais antigas: enxadas, machados, arados conduzidos por animais, etc.

No Cerrado, a corrente sulista chega na década de 1970 ao oeste da Bahia, no município de Barreiras, e no sul do Maranhão, no município de Balsas (ALVES, 2005). Os primeiros sulistas chegaram em Balsas no ano de 1974 para desenvolver atividades agrícolas mecanizadas e voltadas para o mercado interno, o arroz e a soja, nessa ordem. Nos anos 1990, houve um novo fluxo migratório, especialmente, de paranaenses e sul-mato-grossenses para Balsas, em virtude das facilidades de exportação da soja pelo Porto de Itaqui, em São Luís (MIRANDA, 2011).

Os primeiros relatos de migração de gaúchos para a Amazônia datam de 1906, quando Plácido de Castro foi nomeado governador do Acre. Mas, em termos de agropecuária, as migrações se acentuaram na década de 1970 e a principal porta de entrada dos gaúchos na região foi o estado de Mato Grosso, para o desenvolvimento de atividades agropecuárias subsidiadas pelo governo federal. No Pará, instalaram-se inicialmente no sul do estado para cultivar café e cacau. Em Roraima, os gaúchos ocuparam áreas indígenas para cultivar arroz (SIMON, 2009).

No século XXI, apesar de toda a agenda ambiental e social construída pela Organização das Nações Unidas (ONU) e por agências multilaterais, o aumento da demanda mundial por alimentos tem contribuído para a abertura de novas áreas para a agricultura e a substituição de culturas pela atividade pecuária, especialmente na

Amazônia (SAATH; FACHINELLO, 2018). Além disso, dois fenômenos recentes afetam as populações locais: os focos de incêndio aumentaram a vulnerabilidade de agricultores familiares, que perderam suas plantações e seus animais (SOARES; PEIXINHO, 2020), e a exploração mineral próxima às terras indígenas, que não se apropria apenas do subsolo, mas também dos recursos hídricos (MOTA JÚNIOR; SILVA; SILVA, 2021).

Expostos os elementos preliminares para o entendimento das dinâmicas agrárias que nortearam a ocupação do Cerrado e da Amazônia, pode-se adentrar as especificidades de ordem política e econômica que afetaram diretamente o estabelecimento de grandes projetos agropecuários e de mineração na região. Por questões metodológicas, a literatura que trata do Cerrado e da Amazônia será abordada separadamente, para não descaracterizar o modo como os trabalhos problematizados foram estruturados, o que não implica, a priori, a concordância ou discordância sobre as argumentações usadas, mas representa uma tentativa de contribuir para a sistematização do debate acadêmico sobre a temática.

### **Dinâmicas agrárias e intervenção estatal no Cerrado**

O Cerrado brasileiro abrange 10 estados: Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Piauí, São Paulo e Tocantins, e o Distrito Federal, sendo que os estados do Maranhão, Piauí e Tocantins são os que apresentam maiores índices de preservação (SANO *et al.*, 2008). Estudo realizado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conclui que a área do Cerrado é de aproximadamente 2.045.064 km<sup>2</sup>. O estudo incluiu as áreas de transição do norte do Cerrado, entre o Maranhão e o Piauí, e excluiu as áreas dos estuários sul-amazônicos (MACHADO *et al.*, 2004).

A região Centro-Oeste teve duas grandes fases de ocupação: (1) no período colonial, fim do século XVII, no ciclo de exploração do ouro, quando ocorreu a primeira tentativa de povoamento do interior; e (2) nas décadas de 1950 e 1970, momento em que a industrialização e a urbanização tornaram a região importante para a organização socioespacial brasileira. Entre 1940 e 1960, o processo de ocupação se consolidou economicamente. Nesse período, algumas ações públicas foram extremamente importantes: a Marcha para o Oeste, de Getúlio Vargas, e a construção de Brasília e de novas rodovias (PEDROSO; SILVA, 2005).

A partir da década de 1950, ocorreram significativos investimentos em infraestrutura de transportes que atingiram o Cerrado. A construção da nova capital, no Planalto Central por exemplo, intensificou os investimentos na rede de transportes que ligaram Brasília às regiões Sudeste e Sul. Os investimentos em rodovias continuaram nas décadas seguintes. Além da infraestrutura de transporte, as pesquisas desenvolvidas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) contribuíram para o desenvolvimento da agricultura mecanizada no Cerrado (MUELLER; MARTHA JR., 2008).

Na década de 1990, as áreas do Cerrado que compreendem o Triângulo Mineiro, o centro e o sudoeste do Goiás, Mato Grosso do Sul e sudoeste do Mato Grosso, eram consideradas áreas de ocupação consolidada e de agricultura comercial moderna. O entorno do Distrito Federal e oeste de Minas Gerais eram áreas de expansão recente e de agricultura dinâmica. O norte do Mato Grosso, o nordeste do Goiás, o sudeste do Tocantins e o oeste da Bahia desenvolviam uma agricultura periférica, mas em expansão. O centro-sul do Mato Grosso, nordeste do Tocantins, sul do Maranhão e sudoeste do Piauí formavam uma área de agricultura ineficiente, com escasso povoamento (MUELLER; MARTHA JR., 2008).

A incorporação das terras do Cerrado à agricultura ocorreu devido à posição geográfica, às características físico-ambientais e ao preço da terra, que possibilitaram a adoção de pacotes tecnológicos da Revolução Verde (REZENDE, 2009). O processo teve início antes da modernização da agricultura<sup>1</sup>, na década de 1940, com o Projeto de Colonização dos Cerrados (PCC) de Getúlio Vargas, que estabeleceu colônias agrícolas em Dourados (MS) e Ceres (GO), e com a criação da Fundação Brasil Central, em 1943, que realizou a Expedição Rocandor-Xingu e ações que procuraram estabelecer núcleos populacionais no Centro-Oeste (SILVA, 2000).

O Estado foi muito atuante no processo de expansão da fronteira agrícola em direção ao Cerrado: (1) na construção da ferrovia que ligou São Paulo a Anápolis, no fim da década de 1930, e estimulou o povoamento do sul de Goiás e do Triângulo Mineiro; e (2) na implementação de programas de colonização e de políticas de modernização da agricultura nos anos 1970, tais como o Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados (PCI), o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Parnaíba (PADAP), o

---

<sup>1</sup> A modernização da agricultura brasileira se orientou pela produtividade, cristalizou o predomínio do grande proprietário rural em detrimento do pequeno e foi doloroso porque reproduziu a concentração da posse da terra e manteve privilégios às elites rurais brasileira (GRAZIANO DA SILVA, 1981).

Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e o PRODECER, que permitiram a capitalização da agricultura (SILVA, 2000, PEDROSO; SILVA, 2005, CARVALHO, 2008).

O PADAP, de 1972-1974, foi o primeiro plano de colonização dirigida para o Cerrado mineiro que, dentre outros critérios, previa que 80% dos colonos assentados deveriam ser descendentes de imigrantes japoneses. O PADAP desapropriou 60 mil hectares para o cultivo de soja, café e trigo, e foi coordenado pela Cooperativa Agrícola Cotia, ligada aos japoneses (CARVALHO, 2008). Essa experiência dá sinais de que o PADAP foi muito importante para o estreitamento das relações agrícolas entre Brasil e Japão e serviu de modelo para a criação e implementação do PRODECER.

O POLOCENTRO tinha como meta incorporar 3.700.000 ha de Cerrado, 1.800.000 ha para a lavoura, 1.200.000 ha para a pecuária e 700.000 ha para reflorestamento, nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e nas regiões mineiras do Triângulo, Alto Parnaíba, Alto e Médio São Francisco e Vão do Paracatu. Os recursos eram destinados para o armazenamento, produção de energia, assistência técnica, pesquisa agropecuária, transportes e crédito rural (SILVA, 2000). O POLOCENTRO beneficiou, especialmente, os médios e grandes produtores (PEDROSO; SILVA, 2005, REYDON; MONTEIRO, 2009).

O PRODECER é fruto da parceria entre Brasil e o Japão, em 1974, para estimular o desenvolvimento agrícola no Cerrado e o crescimento da oferta de alimentos no mundo. Em março de 1978, foi criada a holding japonesa Japan-Brazil Agricultural Development Corporation (JADECO), com sede em Tóquio. Em outubro do mesmo ano, foi fundada a holding brasileira Companhia Brasileira de Participação Agro-Industrial (BRASAGRO), com sede em Belo Horizonte. A JADECO investiu 49% e a BRASAGRO 51% do capital necessário para a fundação, em novembro de 1978, da Companhia de Promoção Agrícola (CAMPO), coordenadora do programa (YOSHII, 2000).

A supervisão do PRODECER ficou a cargo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); a coordenação, uma responsabilidade da CAMPO; e a execução, feita por cooperativas agrícolas. Entre 1979 e 1999, foram implantados 21 Projetos de Colonização (PC), 10 projetos piloto e 11 projetos de expansão, assentando um total de 758 famílias numa área de 334 mil hectares, nos estados de Minas Gerais,

Mato Grosso, Goiás, Bahia, Maranhão e Tocantins, em áreas de baixa densidade demográfica (YOSHII, 2000).

Como pôde ser visto, o Estado brasileiro foi muito presente na expansão da fronteira agrícola em direção ao Cerrado e na modernização da agricultura através de políticas públicas que estimularam a ampliação das fronteiras agrícolas e o aumento da produtividade através da modernização da agricultura, que transformou a base técnico-produtiva (incorporação de máquinas, fertilizantes, defensivos e novas cultivares):

As políticas agrícolas surgiram no contexto da implantação do regime militar no Brasil com o objetivo de articular a expansão agrícola e o complexo agro-industrial, atendendo às necessidades de abastecimento interno e às exportações. Abriu-se um novo espaço para a intervenção do Estado, de forma ainda mais massiva que nos anos anteriores. (INOCÊNCIO, 2002, p. 26).

Em termos socioeconômicos, o recente processo de ocupação do Cerrado foi orientado pelo desenvolvimento de atividades agropecuárias que modernizaram a agricultura regional, privilegiaram os grandes produtores rurais e, em muitos casos, estimularam a migração de agricultores do sul do país, através do PADAP e do PRODECER, para implementarem uma agricultura comercial. Os agricultores familiares locais ficaram à margem da modernização agrícola, muitos deles sendo expulsos das suas terras para darem lugar à pecuária de confinamento, à soja, à cana-de-açúcar, ao milho, entre outras, como ocorreu no sul do Maranhão (MIRANDA, 2011).

A moderna ocupação do Cerrado ressignificou práticas tradicionais de ocupação da região, que foram muito violentas e massacraram populações indígenas inteiras. Os Timbira, no Maranhão, foram praticamente exterminados ou obrigados a se deslocarem para outras áreas (RIBEIRO, 1996; CABRAL, 2008). Os elementos que permearam o desenvolvimento de atividades agropecuárias modernas no Cerrado, portanto, foram: (1) o pressuposto de que o território era despovoado e (2) a expulsão ou a marginalização das populações tradicionais e locais.

Após a implementação dos grandes projetos agropecuários voltados para a colonização e adensamento demográfico do Cerrado, as populações locais vivenciaram situações conflituosas que restringiram suas atividades agrícolas e pecuárias. Em alguns casos, os pequenos criadores foram incriminados porque os seus animais invadiam as lavouras dos grandes produtores, fato estranho para os criadores locais que criavam seus rebanhos soltos e colocavam cercas nas lavouras, ao invés de seguirem a até então

desconhecida legislação que obrigava que os animais deveriam ser criados confinados e a agricultura desenvolvida em áreas abertas, sem cercas.

Ter que cercar as pastagens, para os pequenos pecuaristas, representou a desarticulação de parte de suas atividades produtivas, porque não possuíam recursos financeiros para plantarem pastos e muito menos para comprarem arame e cercá-los, como também por conta do risco constante de ter que comparecer à delegacia para responder a queixas sobre os animais que invadiam as lavouras alheias. A desarticulação da produção pecuária familiar do Cerrado, fruto da modernização da agricultura, levou às últimas instâncias o processo de marginalização da agricultura familiar, como atestam Costa e Santos (2010), Frederico (2013), Matos e Pessôa (2014) e Jesus e Fabrini (2017), levando, também, à sua criminalização.

A partir do final dos anos 1980, grande parcela do Cerrado baiano, tradicionalmente ocupado pela pecuária extensiva, vivenciou um processo de substituição dessa atividade pela agricultura. A rápida e intensa mudança no uso da terra produziu impactos ambientais: erosão, perda de habitats, alterações na fauna, diminuição da vazão de rios, assoreamento e redução da biodiversidade (BATISTELLA *et al.*, 2002). Os esforços governamentais para o desenvolvimento do Cerrado enquanto fronteira agrícola alterou significativamente as suas paisagens e gerou impactos e danos ambientais irreversíveis ao bioma (SILVA; BARBOSA, 2020).

### **Ocupação da Amazônia e marginalização das populações locais**

A ocupação da Amazônia, dos anos 1950 aos 2000, pautou-se na colonização dirigida, na migração espontânea e na implementação de GPI, que possuem uma diferença em termos de execução e preocupação com as populações locais e com o meio ambiente. Até os anos 1980, o Estado brasileiro foi o executor de grandes projetos de colonização e de mineração que marginalizaram as populações locais. Dos anos 1990 em diante, as empresas privadas passaram a ser as principais executoras dos grandes projetos e o Estado regulamentava ações que procuram preservar e conservar a natureza, mas que acabam criminalizando as populações locais.

Os impactos da construção das rodovias Belém-Brasília (BR-010) e da Transamazônica (BR-230) são vistos no crescimento dos índices demográficos e no desenvolvimento de cidades situadas às margens destas rodovias. Não se pode reduzir a

ocupação ou (re)povoamento da Amazônia às rodovias. Um processo de urbanização da região foi iniciado nos anos 1940, em virtude das pré-condições socioeconômicas existentes nos Estados do Maranhão e Pará e das inter-relações entre as frentes de expansão<sup>2</sup> pecuária, agrícola, extrativista e mineradora enquanto elementos constituintes da dinâmica econômica regional (VELHO, 1972).

No pós-guerra, a população excedente que habitava próximo ao litoral começou a penetrar no Centro-Oeste e na Amazônia, áreas pouco habitadas e de populações indígenas ou de remanescentes das frentes de mineração e da borracha, área que inclui o Maranhão e é denominada de a Grande Fronteira (SAWYER, 1981, p. 10):

A migração não é, simplesmente, um processo espontâneo ou automático que ocorre naturalmente em função de condições econômicas e demográficas. No caso da imigração para áreas de fronteiras, observa-se uma série de políticas e programas que visavam, explicitamente, mais do que no caso da urbanização, o deslocamento populacional para essas áreas: a marcha para Oeste, a transferência da Capital para Brasília, projetos de colonização, o Programa de Integração Nacional, etc. Entretanto, é problemática a ligação de causa e efeito entre essas políticas e a migração.

Nas duas pontas do que seria a rodovia Belém-Brasília, a movimentação econômica mais intensa data do final da década de 1940 e início da década de 1950. Na ponta sul, existia uma pecuária ultraextensiva, quase abandonada, e o estímulo governamental de Getúlio Vargas para o povoamento, com a Marcha para o Oeste. Na ponta norte, houve um estímulo econômico nos anos 1930, com o crescimento agrícola da juta, da malva e da pimenta-do-reino, e uma revalorização da borracha em decorrência da Segunda Guerra Mundial.

A expansão da pecuária contribuiu para o povoamento do sul do Maranhão e para o surgimento de conflitos entre pecuaristas e índios. Já a frente agrícola se destacou pelo cultivo do arroz. Entre 1953 e 1963, a área de cultivo de arroz e o volume de produção dobraram no Maranhão. O arroz maranhense, depois da construção da Belém-Brasília, passou a ser beneficiado em Imperatriz e vendido para Anápolis (GO), como carga de retorno nos caminhões (VELHO, 1972). No Pará, a abertura da rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163), nos anos 1970, contribui para o desenvolvimento de atividades agropecuárias (MUELLER, 1981).

---

<sup>2</sup> Para Velho (1972, p. 13), as frentes de expansão seriam constituídas pelos “segmentos extremos da sociedade brasileira que se internavam em áreas antes não exploradas, e apenas ocupadas por sociedades indígenas”.

A ocupação e o soerguimento econômico da Amazônia não estão limitados à construção das rodovias, aos incentivos fiscais e à criação da SUDAM, fatores que estimularam o desenvolvimento regional. Apesar das frentes de expansão agrícola sempre avançarem a partir da abertura de novas estradas, as quais, no caso da Amazônia, quebraram o isolamento da região em relação ao restante do país, a problematização dessa questão exige a inclusão de fatores locais e regionais, como as atividades econômicas passadas e ações nacionais de desenvolvimento (VELHO, 1972).

Por sua vez, a expansão da fronteira agrícola em direção à Amazônia está relacionada a uma junção de fatores: (1) a ocupação das áreas não cultiváveis para o desenvolvimento de grandes projetos agropecuários que provocaram vários problemas sociais e ambientais (SAWYER, 1981); (2) o envolvimento do Estado na disponibilização de incentivos à ocupação de terras, a fim de orientar e controlar o processo de expansão horizontal da agropecuária; e (3) a expansão especulativa com a compra e a regularização de terras em áreas remotas para obter ganhos futuros (Mueller, 1981).

É possível identificar cinco fases de ocupação da Amazônia: (1) a incipiente (1966-1970), com a criação da SUDAM, da Amazônia Legal e do Banco da Amazônia S/A (BASA), e a Operação Amazônica (MUELLER, 1981, HALL, 1991); (2) a empresarial, com a criação da Associação de Empresas da Amazônia (AEA), em 1968 (HALL, 1991); (3) a governamental (1970-1974), com o Plano de Integração Nacional (PIN) e o Projeto Integrado de Colonização (PIC); (4) a caracterizada por formas alternativas de exploração da Amazônia (1974-1978), orientadas por programas de desenvolvimento regional (MUELLER, 1981, HALL, 1991); e a (5) dos grandes projetos de mineração, como o PGC, na década de 1980 (HALL, 1991).

O avanço de Hall (1991) em relação a Mueller (1981) e a Sawyer (1981) é a análise do empresariado da região Sudeste na defesa dos seus interesses, a oferta de crédito subsidiado e a isenção de impostos, a partir da AEA, sediada em São Paulo (SP). A AEA foi fundamental para modificar o perfil dos assentamentos às margens das rodovias. Ao invés dos agricultores locais, defenderam e conseguiram a implantação de uma colonização privada em larga escala, que privilegiou agricultores sulistas e, conseqüentemente, a agricultura patronal e a concentração da posse de terra.

Orientado pelo conceito de planejamento de eixos, que viabilizou a construção de estradas de longa distância – a Transamazônica (BR-230), a Perimetral Norte (BR-210),

a Cuiabá-Santarém (BR-163) e a Cuiabá-Porto Velho-Manaus (BR-364 e BR-319) –, o governo brasileiro criou, em 1970, o PIN a fim de garantir espaço para a pequena produção agrícola. Concomitantemente, a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 1970, abriu caminho para um amplo programa de colonização na Amazônia. Todas as terras devolutas, situadas a 100 km de cada lado das rodovias federais construídas, em construção ou projetadas, seriam utilizadas para o assentamento de famílias nordestinas sem terra (ARAÚJO *et al.*, 2008).

As áreas destinadas à colonização foram divididas em lotes de 100 ha e ligadas às rodovias principais por meio de estradas vicinais. No entanto, o projeto de colonização do governo militar não atendeu às expectativas. Os custos de construção da Transamazônica, em 1974, já haviam superado em três vezes o orçamento inicial, e, sem infraestrutura para escoar a produção e sementes adequadas para o cultivo, a produção era baixa e os gastos não compensavam a manutenção da atividade agrícola. Era previsto o assentamento de 1 milhão de famílias. Depois, o INCRA reduziu o número para 100 mil famílias e, no final da década de 1970, apenas 7% do número planejado estava assentado na Transamazônica<sup>3</sup>, e o foco da colonização estatal voltou-se para Rondônia (ARAÚJO *et al.*, 2008).

No final de 1974, o governo brasileiro incorporou o conceito de polos de desenvolvimento, muito discutido na América Latina nos anos 1960, para fomentar atividades de mineração e agropecuárias, e lançou o II Plano de Desenvolvimento Nacional (II PDN). É nesse contexto que surge o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), que priorizou as seguintes áreas: (1) Xingu-Araguaia, (2) Carajás, (3) Araguaia-Tocantins, (4) Trombetas, (5) Altamira, (6) Pré-Amazônia Maranhense, (7) Rondônia, (8) Acre, (9) Juruá Solimões, (10) Roraima, (11) Tapajós, (12) Amapá, (13) Juruema, (14) Aripuanã, (15) Marajó, para a implementação de polos agropecuários e/ou agrominerais (BRASIL, 1974).

Os incentivos fiscais e tributários do POLAMAZÔNIA tornaram vantajoso aos bancos, às companhias de seguro, às mineradoras e até mesmo às empresas estatais o investimento na atividade pecuária na Amazônia. O tamanho máximo para as fazendas era de 60.000 ha, mas havia fazendas da Volkswagen do Brasil de 140.000 ha, e da

---

<sup>3</sup> A colonização ao longo da Transamazônica fracassou devido ao planejamento e à organização terem sido inadequadas, e ao fato de as agrovilas dos assentamentos não corresponderem às expectativas e experiência das famílias nordestinas (KOHLHEPP, 2002).

multinacional Liquigas Group de 566.000 ha. As fazendas estavam localizadas, especialmente, no sudeste e leste do Pará e no norte do Mato Grosso (KOHLHEPP, 2002). Apesar da pecuária ter se destacado, a exploração de recursos minerais era o objetivo central do programa.

O POLAMAZÔNIA foi precursor da exploração de minerais na Serra de Carajás e, conseqüentemente, do PGC, inaugurado em 1980, 13 anos após a descoberta da jazida de ferro de Carajás, que impulsionou o desenvolvimento e trouxe graves problemas sociais e ambientais para a Amazônia (HALL, 1991). Apesar dos equívocos cometidos nos programas e projetos anteriores, as estratégias de implementação se mantiveram no PGC. As populações locais afetadas não obtiveram as informações necessárias, nem mesmo os governos locais nem a SUDAM tinham pleno conhecimento do PGC, que objetivava estabelecer projetos de infraestrutura (ferrovia e hidrelétrica), mineração e indústria nas proximidades da maior jazida de minério de ferro do mundo, na Serra de Carajás.

As dinâmicas sociais, econômicas e ambientais da Amazônia a partir dos anos 1990 não podem ser analisadas sem se considerar que as ações privadas, orientadas por investimentos em todos os setores econômicos, mediante incentivos fiscais e redução de tributos disponibilizados pelo Estado, foram decisivas para o desenvolvimento regional. Por outro lado, não se pode esquecer das ações de organismos internacionais interessados na preservação e conservação do bioma amazônico e na definição de estratégias de exploração dos recursos naturais locais, minérios e plantas nativas.

Nos anos de 1990, há uma mudança no perfil dos projetos na Amazônia, que passam a implementar estratégias de preservação e conservação do bioma. Um bom exemplo é o Programa Piloto Internacional para Conservação das Florestas Tropicais Brasileiras (PPG-7), uma iniciativa da Alemanha, na reunião de cúpula dos 7 países mais ricos (G7), em Houston, em 1990. O programa propunha financiar a reorganização dos modelos de desenvolvimento da Amazônia, através de uma parceria entre o governo brasileiro, o Banco Mundial e o G-7, que deveria contribuir para o uso sustentável dos recursos naturais e para a redução do desmatamento da floresta (KOHLHEPP, 2002).

O PPG-7 seguia quatro linhas de ação: (1) experimentação e demonstração, promoção de experiências de preservação da natureza, desenvolvimento sustentável e educação ambiental em comunidades locais; (2) conservação, desenvolvimento de

projetos de manejo em áreas protegidas, como parques, reservas naturais e extrativistas, e demarcação de terras indígenas; (3) fortalecimento institucional, disponibilização de suporte técnico aos governos estaduais e suas instituições públicas; e (4) pesquisas científicas, com o objetivo de aprimorar o conhecimento científico sobre o ecossistema da Amazônia.

Depois do PPG-7, as atividades estatais na Amazônia se restringiram ao melhoramento da infraestrutura e estímulo ao crescimento econômico regional. Entre 1996 e 1999, o Programa Brasil em Ação, uma parceria entre Estado e iniciativa privada, procurou melhorar a infraestrutura do país. Sucedendo este programa, o governo brasileiro implementou o Programa Avança Brasil, com planejamento para 2000-2003 e 2004-2007, para melhorar a infraestrutura e acelerar o desenvolvimento econômico. Os projetos na área de infraestrutura ofereceram grandes oportunidades para o setor privado (KOHLHEPP, 2002).

O governo brasileiro projetou o uso de 40 bilhões de dólares em projetos de desenvolvimento, principalmente na Amazônia, através do Programa Avança Brasil. Na região amazônica, os projetos centraram-se em quatro frentes: (1) integração internacional do Norte, (2) logística na região do Madeira-Amazonas, (3) logística no Brasil central, e (4) geração de energia hidrelétrica e linhas de transmissão. Os estados de Roraima e do Amapá, por exemplo, passaram a possuir estradas pavimentadas para se ligarem aos países vizinhos. A viagem de Manaus a Caracas, hoje, pode ser feita de carro, o que impulsionou o crescimento do comércio regional.

O objetivo dos investimentos em infraestrutura era facilitar o transporte da produção agrícola e pecuária. O rio Madeira teve sua via navegável melhorada para transportar a soja em embarcações que descem pelo rio Itacoatiara e chegam a leste de Manaus. De Manaus, a soja é embarcada no porto de Manaus e segue para o mercado europeu em grandes navios. Outra grande obra de infraestrutura foi a pavimentação e melhoria da BR-364 (Cuiabá-Porto Velho) e da BR-163 (Cuiabá-Alta Floresta), que, em associação com as hidrovias, possibilitaram a redução dos custos de transporte da produção da soja e da carne do Mato Grosso. O avanço do cultivo da soja no Centro-Oeste, especialmente em Mato Grosso, coloca Porto Velho como um novo centro de distribuição de grãos a partir de seu terminal portuário, que, em 1998, movimentou 1,6 milhões de toneladas de carga (KOHLHEPP, 2002).

Desde 2007, o Estado brasileiro, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), vem estimulando a implementação de GPI na Amazônia pela iniciativa privada. São projetos nas áreas de energia e transporte que procuram disponibilizar as condições necessárias para o crescimento da produção industrial e para a logística de transporte de *commodities*<sup>4</sup> (minério de ferro e soja, principalmente). Embora haja semelhanças com os GPI dos anos 1980 e 1990, a principal diferença é que todo grande projeto é acompanhado de ações de preservação da natureza.

As diferenças podem ser vistas nas parcerias entre as empresas de mineração e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), para implementar projetos de Manejo Florestal Comunitário (MFC) que mitiguem os impactos ambientais e naturalizam a paisagem e as populações tradicionais (LEROY, 2010); assim como na criação de Florestas Nacionais (FLONA) e Reservas Biológicas (REBIO), institucionalizam a criminalização de grupos indígenas, ribeirinhos, seringueiros e pequenos produtores rurais, ao proibir ou restringir o acesso e uso de recursos naturais indispensáveis à manutenção destes grupos sociais (COELHO; CUNHA; WANDERLEY, 2010).

Há, portanto, uma clara contradição entre as políticas de desenvolvimento econômico e ambientais para a Amazônia. A inclusão da pavimentação da BR-230 (Transamazônica) no PAC e a construção de hidrelétricas, por exemplo, causaram conflitos territoriais que aceleraram o desmatamento, a concentração fundiária, atividades ilegais de extração de minérios e de madeira, e a expansão do agronegócio (LEITÃO, 2009, BORGES, 2020, SILVA *et al.*, 2021). Não à toa, a transamazônica é a rodovia das usinas hidrelétricas: Tucuruí, Estreito, Belo Monte e São Luiz do Tapajós.

Atualmente, a mineração, a exploração madeireira e a pecuária são os principais vetores de conflitos agrários e ambientais (PALHETA *et al.*, 2017), afetando fortemente os territórios indígenas e as áreas de cultivo agrícola familiar. Ferrazza e Castellani (2021) ilustram bem o avanço da pecuária na Amazônia, ao compararem os dados dos censos

---

<sup>4</sup> Na área de energia, estão em execução ou com execuções previstas as hidrelétricas de Belo Monte (PA), Serra Quebrada (PA), Santo Antônio (RO), Jirau (RO), Rondon II (RO), Estreito (MA), Dardanelos (MT), Cachoeirão (MT), Água Limpa (MT), Toricoejo (MT), São Salvador (TO), Novo Acordo (MT), Tocantins (TO) e Tupiratins (TO) e as termelétricas movidas a Óleo de Tocantinópolis (TO), a Óleo de Nova Olinda (TO) e a Carvão Termomaranhão (MA). Na área de transporte estão previstas a conclusão da Ferrovia Norte Sul, da Ferrovia de Integração Centro-Oeste e a construção ou melhoria de mais de 33 terminais hidroviários.

agropecuários de 2006 e 2017, os pesquisadores concluem que a única região em que as áreas de pastagem cresceram no Brasil foi a Norte, destacando-se os estados do: Amapá 68,36%, Roraima 53,94% e Acre 40,24%.

### **Considerações finais**

Os megaprojetos implementados no Cerrado e na Amazônia, entre 1970 e 1980, foram responsáveis pela marginalização das populações locais ao privilegiar os atores sociais – na sua maioria, eram oriundos das regiões Sudeste e Sul e migraram para o Centro-Oeste e Norte do Brasil, ou eram membros das elites regionais, para serem os beneficiários dos grandes projetos agropecuários e agrominerais implementados para promoverem o desenvolvimento econômico regional – e os projetos estratégicos das grandes empresas nacionais e internacionais. Os resultados desse processo podem ser vistos na expulsão dos trabalhadores rurais do campo e na invasão dos territórios indígenas.

A criminalização das populações locais tem início com a institucionalização de mecanismos e ações de preservação e conservação da natureza que, no caso da Lei de Gestão Ambiental de 2006, permite que o bom madeireiro explore de modo sustentável a floresta, e pune severamente os pequenos produtores que exploram a floresta (LEROY, 2010). Outra faceta desse processo é o controle do crescimento populacional, na medida em que, nas áreas de FLONA e REBIO, bloqueia o livre movimento dos moradores; proíbe a coleta da castanha-do-pará, a caça e a pesca; e nega o direito de comercialização dos recursos pesqueiros (COELHO; CUNHA; WANDERLEY, 2010).

O processo de marginalização das populações tradicionais e locais, em grande medida, é decorrente de ações governamentais que visavam e visam o desenvolvimento econômico regional e terminam por priorizar as elites locais ou grupos sociais de outras áreas. O processo de criminalização, por sua vez, é fruto das ações governamentais e de projetos ambientais que procuram conservar e preservar a natureza, restringindo ou limitando o acesso aos recursos naturais. No entanto, nos novos projetos de infraestrutura que estão sendo implementados pelo PAC, é possível observar a junção desses dois processos, marginalização e criminalização.

Os principais programas estatais, entre os anos de 1960 e 1980, direcionados para o Cerrado (PCC, PADAP, POLOCENTRO e PRODECER), colocaram as populações

locais à margem do processo de desenvolvimento econômico e modernização agrícola regional porque estimularam a instalação de agricultores oriundos das regiões Sudeste e Sul, e, para a Amazônia (PIN, POLAMAZÔNIA e PGC), priorizaram a colonização dirigida, o investimento em infraestrutura de transportes e de energia, que contribuíram para a migração espontânea e para o estabelecimento de grandes projetos agropecuários e de mineração, que relegaram ao segundo plano as populações indígenas, os ribeirinhos e os seringueiros.

O ingresso da temática ambiental na agenda pública brasileira exigiu do Estado ações que procurassem conter o desmatamento e possibilitassem a preservação da fauna e da flora, especialmente na região amazônica, e a institucionalização de mecanismos de monitoramento e de controle dos recursos naturais. O processo de institucionalização da preservação e conservação da natureza abriu caminho para a criminalização das populações tradicionais e locais porque não as considerou como constituintes do espaço, mas como potenciais destruidoras da base de recursos naturais.

Além de possuir um caráter conservacionista demasiado, principalmente a REBIO, que impede o acesso e o uso de recursos naturais, alguns mecanismos de preservação ambiental, como a Lei de Gestão Ambiental, acabam criminalizando as populações locais, que dependem do uso dos recursos naturais, e beneficiando os grupos sociais historicamente favorecidos pelos programas governamentais para a Amazônia, ao recompensar o bom madeireiro, permitindo que este explore mais áreas florestais.

## **Referências**

ALVES, V. E. L. A mobilidade sulista e a expansão da fronteira agrícola brasileira.

**Revista Agrária**, São Paulo, n. 2, p. 40-68, jan./jun. 2005. Disponível em:

<<https://doi.org/10.11606/issn.1808-1150.v0i2p40-68>>. Acesso em: 13 jun. 2015.

ARAÚJO, R.; CASTRO, E.; ROCHA, G. M.; SÁ, M. E. R.; MATHIS, A.; MONTEIRO, M. A.; PUTY, C. A. C. B.; MONTEIRO, R.; CANTO, O.; BENATTI, J. H. Estado e sociedade na BR-163: desmatamento, conflitos e processos de ordenamento territorial. In: CASTRO, E. **Sociedade, território e conflitos: BR-163 em questão**. Belém: NAEA, 2008, p. 13-83.

BATISTELLA, M.; GUIMARÃES, M.; MIRANDA, E. E.; VIEIRA, H. R.; VALLADARES, G. S.; MANGABEIRA, J. A. D. C.; ASSIS, M. C. **Monitoramento da expansão agropecuária na Região Oeste da Bahia**. Campinas: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2002.

BORGES, L. R. M. Desenvolvimentismo e resistência no contexto de implantação de grandes projetos na Amazônia brasileira: a disputa territorial em torno das usinas hidroelétricas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). **Monções**, Dourados, v. 9, n. 18, p. 310-340, jul./dez. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.30612/rmufgd.v9i18.12181>>. Acesso em: 31 mar. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n.º 74.607**, de 25 de dezembro de 1974. Dispõe sobre a criação do Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 09 ago. 2010.

CABRAL, M. S. C. **Caminhos do gado**: conquista e ocupação do Sul do Maranhão. 2. ed. São Luís: EDUFMA, 2008.

CARVALHO, N. D. As políticas públicas para o campo no Triângulo Mineiro/Alto Parnaíba-MG. In: SEMANA ACADÊMICA, 5. 2008, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: UFU, 2008.

COELHO, M. C. N.; CUNHA, L. H.; WANDERLEY, L. J. M. Conflitos em áreas de mineração na Amazônia: os casos dos quilombolas e dos moradores de beiras de lagos, dos canais fluviais e de estradas em Oriximiná. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2010, p. 276-300.

COSTA, R. A.; SANTOS, F. O. Expansão agrícola e vulnerabilidade natural do meio físico no sul goiano. **GeoAtos**, Presidente Prudente, v. 2, n. 10, p. 23-35, jul./dez. 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.35416/geoatos.v2i10.270>>. Acesso em: 31 mar. 2022.

FREDERICO, S. Modernização da agricultura e uso do território: a dialética entre o novo e o velho, o interno e o externo, o mercado e o estado em áreas de Cerrado. **Geosp**, São Paulo, n. 34, p. 46-61, maio/ago. 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2013.74934>>. Acesso em: 31 mar. 2022.

FERRAZZA, R. A.; CASTELLANI, E. Análise das transformações da pecuária brasileira: um enfoque na pecuária leiteira. **Ciência Animal Brasileira**, Goiânia, v. 22, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1809-6891v22e-68940>>. Acesso em: 31 mar. 2022.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

HALL, A. L. **Amazônia**: desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

INOCÊNCIO, M. E. **O PRODECER e a territorialização do capital em Goiás: o projeto de colonização paineiras**. 2002. 152f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

JESUS, A. D.; FABRINI, J. E. Barbárie e modernidade na expansão do agronegócio nos cerrados piauienses. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Três Lagoas (MS), n. 25, p. 94-116, maio 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufms.br/index.php/RevAGB/article/view/3849>>. Acesso em 13 jun. 2021.

KOHLHEPP, G. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 37-61, maio/ago. 2002. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142002000200004>>. Acesso em: 13 jun. 2010.

LEITÃO, K. O. **A dimensão territorial do Programa de Aceleração do Crescimento**: um estudo sobre o PAC no Estado do Pará e o lugar que ele reserva à Amazônia no desenvolvimento do país. 2009. 285 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

LEROY, J. P. Amazônia: território do capital e territórios dos povos. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2010, p. 92-113.

MACHADO, R. B.; RAMOS NETO, M. B.; PEREIRA, P. G. P.; CALDAS, E. F.; GONÇALVES, D. A.; SANTOS, N. S.; TABOR, K. STEININGER, M. Estimativas de perda da área do cerrado brasileiro. **Relatório**. Brasília: Conservação Internacional, 2004. 26 p. il.

MATOS, P. F.; PESSÔA, V. L. Z. Apropriação do Cerrado pelo agronegócio e os novos usos do território. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 9, n. 17, p. 6-26, abr. 2014. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/21597>>. Acesso em 31 mar. 2022.

MIRANDA, R. S. **Ecologia política da soja e processos de territorialização da soja no Sul do Maranhão**. 2011. 203f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.

MOTA JUNIOR, E. R.; SILVA, I. S.; SILVA, L. G. (2021). Fronteiras, mineração, conflitos e pressões em terras indígenas no Cerrado brasileiro. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 16, n. 40, p. 115-135, abril 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.14393/RCT164005>>. Acesso em 31 mar. 2022.

MUELLER, C. C. O Estado e expansão recente da fronteira agrícola na Amazônia brasileira. In: SEMINÁRIO “EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE NA AMÉRICA LATINA”, 1981, Brasília. **Anais...** Brasília: UnB. v. 1.

MUELLER, C. C.; MARTHA JR, G. B. A agropecuária e o desenvolvimento sócio-econômico recente do Cerrado. In: SIMPÓSIO NACIONAL CERRADO, 9; SIMPÓSIO INTERNACIONAL SAVANAS TROPICAIS, 2. Brasília. **Anais...** Planaltina (DF): Embrapa Cerrados, 2008.

PALHETA, J. M.; SILVA, C. N.; OLIVEIRA NETO, A.; NASCIMENTO, F. R. Conflitos pelo uso do território na Amazônia mineral. **Mercator**, Fortaleza, v 16, p. 1-18, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.4215/rm2017.e16023>>. Acesso em: 13 set. 2018.

PEDROSO, I. L. P. B.; SILVA, A. P. P. O papel das políticas públicas no desenvolvimento agroindustrial de Rio Verde – GO. **Revista Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 6, n. 15, p. 20-27, jun. 2005. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/download/15384/8683>>. Acesso em: 27 ago. 2009.

REYDON, B. P. L.; MONTEIRO, M. S. L. **A ocupação do Cerrado Piauiense**: um processo de valorização fundiária. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12050265.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2009.

REZENDE, G. C. **Ocupação agrícola e estrutura agrária no Cerrado**: o papel do preço da terra, dos recursos naturais e da tecnologia. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2803/1/TD\\_913.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2803/1/TD_913.pdf)>. Acesso em: 27 ago. 2009.

RIBEIRO, D. As fronteiras da expansão pastoril. In: \_\_\_\_\_. **Os índios e a civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 63-108.

SAATH, K. C. O.; FACHINELLO, A. L. Crescimento da demanda mundial de alimentos e restrições do fator terra no Brasil1. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 2018, v. 56, n. 2, p. 195-212, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790560201>>. Acesso em: 31 mar. 2022.

SANO, E. E.; ROSA, R.; BRITO, J. L. S.; FERREIRA, L. G. mapeamento semidetalhado do uso da terra do bioma Cerrado. **Revista Pesquisa Agropecuária Brasileira**, Brasília, v. 43, n. 1, p. 153-156, jan. 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0100-204X2008000100020>>. Acesso em: 13 jan. 2010.

SAWYER, D. R. Ocupação e desocupação da fronteira agrícola no Brasil; ensaio de interpretação estrutural e espacial. In: SEMINÁRIO “EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE NA AMÉRICA LATINA”, 1981, Brasília. **Anais...** Brasília: UnB. v. 1.

SIMON, P. **A diáspora do povo gaúcho**. Brasília: Senado Federal, 2009.

SILVA, L. L. O papel do Estado no processo de ocupação das áreas de Cerrado entre as décadas de 60 e 80. **Revista Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 1, n. 2, p. 25-36,

dez. 2000. Disponível em:

<<https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15251>>. Acesso em: 31 mar. 2022.

SILVA, R. G. C.; NELI, V. V. S.; MELLO-THÉRY, A.; LIMA, L. A. P. Nova fronteira de expansão e áreas protegidas no estado do Amazonas. **Mercator**, Fortaleza, v. 20, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.4215/rm2021.e20025>>. Acesso em: 31 mar. 2022.

SILVA, S. D.; BARBOSA, A. S. Paisagens e fronteiras do Cerrado: ciência, biodiversidade e expansão agrícola nos chapadões centrais do Brasil. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 46, n. 1, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.15448/1980-864X.2020.1.34028>>. Acesso em: 31 mar. 2022.

SOARES, J. A. P.; PEIXINHO, D. M. Fogo no Cerrado e a vulnerabilidade em assentamentos rurais: o exemplo do assentamento Rio Paraíso em Jataí-GO. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 15, n. 37, p. 87-108, ago. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.14393/RCT153705>>. Acesso em: 31 mar. 2022.

VAINER, C. B. Planejamento territorial e projeto nacional: os desafios da fragmentação. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 9-23, maio 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.22296/2317-1529.2007v9n1p9>>. Acesso em: 13 jan. 2009.

VELHO, O. G. **Frentes de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

YOSHII, K. Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER. In: YOSHII, K.; CAMARGO, J. A.; ORIOLI, A. L. (Org.) **Monitoramento ambiental nos projetos do Prodecer**. Planaltina (DF): Embrapa Cerrados, 2000, p. 27-33.

Recebido em 27/05/2021.

Aceito para publicação em 29/03/2022.